



CARGO

**FISCAL DE
TRIBUTOS**

TURNO: MANHÃ

CADERNO DE PROVA OBJETIVA

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este **Caderno**, com **40 (quarenta) questões** da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo. Examine se a prova está completa, se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas.

Língua Portuguesa	Informática	Conhec. Específicos
15	05	20

02- A prova terá duração de **3 (três horas)**.

03- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo:



05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas **4 (quatro) alternativas** classificadas com as letras **(A, B, C, D)**, mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

a) Utilizar ou consultar cadernos, livros, notas de estudo, calculadoras, telefones celulares, pagers, walkmans, réguas, esquadros, transferidores, compassos, MP3, Ipod, Ipad e quaisquer outros recursos analógicos.

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

5.11.1. O candidato somente poderá levar o Caderno de Questões caso saia da sala de aplicação de sua prova nos últimos **30 (trinta) minutos**.

NOME DO (A) CANDIDATO (A): _____



MAIS INFORMAÇÕES:

Internet:

www.institutomachadodeassis.com.br

Telefone: (86) 3303-3146

E-mail:

ima.amapadomaranhao2016@outlook.com

INSTITUTO MACHADO DE ASSIS - IMA

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPÁ DO MARANHÃO-MA

RASCUNHO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO - ATENÇÃO: Esta parte somente deverá ser destacada pelo fiscal da sala, após o término da prova.

The logo for Instituto Machado de Assis features a stylized profile of a man's face on the left. To its right, the word "INSTITUTO" is written in a small, uppercase, sans-serif font within a dark horizontal bar. Below this bar, the name "MACHADO DE ASSIS" is displayed in a large, bold, uppercase, sans-serif font. The entire logo is set against a light gray background and includes a subtle reflection effect below the text.

INSTITUTO
MACHADO DE ASSIS

**INSTRUÇÃO:**

Para responder a essas questões, assinale APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque o número correspondente na Folha de Respostas.

AS QUESTÕES 1 A 15 ESTÃO RELACIONADAS AO TEXTO ABAIXO**TEXTO**

1 Reconhecimento de diplomas, credenciamento de escolas e qualidade no ensino superior são
2 questões centrais num cenário de globalização da educação, refletida no crescimento de novas
3 tecnologias de informação e no surgimento de diversas formas de educação transnacional. Para discuti-
4 las, a Unesco reuniu em Paris, dezenas de representantes de instituições públicas e privadas de todo o
5 mundo, com o objetivo de elaborar caminhos através dos quais os países possam estabelecer ou fortalecer
6 relações multilaterais entre suas universidades. Por trás dessa discussão, a polêmica cada vez maior da
7 comercialização da educação como um serviço qualquer.

8 O fenômeno da educação transnacional não é novo. Desde os anos 70, o vaivém de professores
9 e estudantes pelo planeta só aumenta. Mas ganhou uma nova cara quando, em 1995, a Organização
10 Mundial do Comércio colocou a educação na lista de serviços comercializáveis. A partir desse momento —
11 aos olhos dos 144 países membros da OMC, que podem aderir à proposta ou não —, a transmissão de
12 conhecimento passou a ser vista como uma transação comercial qualquer e fonte de receita para
13 solucionar um problema que há tempos aflige os governos: o financiamento do ensino superior.

14 Com mais de 90 milhões de estudantes e um gasto público de aproximadamente 270 bilhões de
15 dólares no mundo, 83 por cento gastos nos países ricos, o ensino superior virou hoje uma batata quente
16 para as nações em desenvolvimento. Nos últimos vinte anos, o número de estudantes nesses países
17 cresceu numa média de 6,2 por cento ao ano, enquanto só houve quedas no financiamento. A visão do
18 Banco Mundial de que há poucas chances de o setor público aumentar os gastos com o ensino superior
19 adquiriu status de regra e os países lavaram suas mãos, abrindo caminho para o setor privado. Depois da
20 queda do Muro de Berlim, países do Leste europeu passaram por mudanças já bastante comuns no
21 hemisfério sul, como a introdução de mensalidades no sistema público e a explosão de instituições de
22 ensino privadas com fins lucrativos. A comercialização da educação ganhou as ruas e os valores de
23 mercado foram introduzidos no campus. Estudantes eram, a partir dali, consumidores. O Casaquistão,
24 por exemplo, teve suas primeiras universidades privadas em 1995 e hoje elas representam 70 por cento
25 das instituições do país.

26 O acordo proposto pela OMC só veio oficializar essa realidade e regulamentá-la de alguma
27 forma para o benefício econômico de determinados países. O chamado GATS (sigla em inglês para
28 Acordo Geral no Comércio de Serviços) pretende liberar as transações globais de serviços e acabar com
29 potenciais barreiras para o comércio entre países.

BARBOSA, Bia. Educação: Quem quer comprar? Caros amigos.



01) A comercialização do conhecimento — sem perder de vista o cenário da globalização educacional — pode ser considerada como

- (A) uma saída para melhorar a qualidade do ensino em nível mundial.
- (B) um expediente que beneficia economicamente os países mais pobres.
- (C) uma forma para se conseguir nivelar as competências dos estudantes do mundo inteiro.
- (D) uma oportunidade para os governantes acabarem', no futuro, com a gratuidade do ensino superior.

02) A leitura do texto permite inferir que a adesão à comercialização do ensino para determinados países, como o Brasil, por um lado, pode significar maior

- (A) chance de aquisição do saber e, por outro, mais exclusão social.
- (B) intercâmbio cultural e, por outro, menos chances de desenvolvimento.
- (C) lucratividade cultural e, por outro, mais possibilidade de perda de identidade local.
- (D) liberalização dos serviços de ensino superior e, por outro, menos independência econômica.

03) Preencha os parênteses com o algarismo romano correspondente, identificando a afirmativa que se relaciona com o termo destacado em cada fragmento.

- I. "caminhos através dos quais os países possam estabelecer ou fortalecer relações" (L. 5/6).
- II. "O fenômeno da educação transnacional não é novo." (L.8).
- III. "a transmissão de conhecimento passou a ser vista (L.11/12).
- IV. "o ensino superior virou uma batata quente (L.15).
- V. "há poucas chances de o setor público aumentar os gastos" (L.18).

- () exerce a função de agente.
- () é um atributo do sujeito.
- () estabelece com o substantivo uma relação de passividade.
- () indica meio.
- () restringe o sentido do substantivo

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é a

- (A) I-II-IV-III-V.
- (B) III-IV-V-I-II.
- (C) V-IV-III-I-II.
- (D) II-V-IV-III-I

04) O fragmento que apresenta uma oração com função adjetiva é:

- (A) "elas representam 70 por cento das instituições do país." (L.24/25).
- (B) "Para discuti-las," (L.3/4)
- (C) "que podem aderir à proposta ou não" (L.11).
- (D) "países do Leste europeu passaram por mudanças já bastante comuns no hemisfério sul," (L.20/21).

05) A alternativa em que a reestruturação proposta para o termo transcrito mantém o seu significado e coerência no contexto, observando a mudança da voz verbal, é:

- (A) "lavaram" (L.19) - teriam lavado.
- (B) "foram introduzidos" (L.23) - introduziram
- (C) reuniu" (L.4) - tinha reunido.
- (D) "representam" (L.24) - eram representadas.

06) Exerce a mesma função sintática de "de estudantes" (L.14) a expressão:

- (A) "de diplomas" (L.1).
- (B) "de escolas" (L.1).
- (C) "da educação" (L.7).
- (D) "de todo o mundo" (L.4).

07) A ação verbal está devidamente explicada é:

- (A) "podem" (L.11) - presente com valor de futuro.
- (B) "passaram" (L.20) - passado incluído.
- (C) "elaborar" (L.5) - futuro certo.
- (D) "eram" (L.23) - passado concluído.

08) A alternativa em que o trecho destacado estabelece uma relação de dependência sintática com a ideia principal é:

- (A) "O fenômeno da educação transnacional não é novo." (L.8).
- (B) "elas representam 70 por cento das instituições do país." (L.24/25).
- (C) "de o setor público aumentar os gastos com o ensino superior" (L.18).
- (D) "Mas ganhou uma nova cara quando" (L.09).



09) Expressa valor semântico de totalidade o artigo destacado na frase da alternativa:

- (A) "com **o** objetivo de elaborar caminhos" (L.5).
- (B) "a Unesco reuniu em Paris, dezenas de representantes de instituições públicas e privadas de todo **o** mundo," (L.4/5).
- (C) "**o** vaivém de professores e estudantes pelo planeta só aumenta." (L.8/09).
- (D) "de **o** setor público aumentar os gastos com o ensino superior." (L.18).

10) Em relação ao predicado, o nome é o núcleo central da informação em:

- (A) "a Unesco reuniu em Paris, dezenas de representantes de instituições públicas e privadas de todo o mundo" (L.4/5).
- (B) "A comercialização da educação ganhou as ruas" (L.22).
- (C) "elas representam 70 por cento das instituições do país." (L.24/25).
- (D) "o ensino superior virou hoje uma batata quente" (L.15).

11) A alternativa que se apresenta uma informação correta para o termo ou expressão transcrita à esquerda é:

- (A) A oração "que há tempos aflige os governos: o financiamento do ensino superior." (L.13) restringe o termo "problema" (L.13).
- (B) A forma pronominal "-las" (L.4) é um referente de "novas tecnologias" (L.2/3).
- (C) O vocábulo "só" (L.09) pertence à classe gramatical diferente de "só" (L.17).
- (D) A palavra "bastante" (L.20) é um intensificador da palavra "mudanças" (L.20).

12) Sobre a oração "...há poucas chances:" (L.18) pode-se afirmar;

- (A) Com o verbo existir, em substituição a haver, pode ser reescrita da seguinte forma: "Existem poucas chances".
- (B) O verbo existir quando substitui o verbo haver não pode se flexionar no plural.
- (C) "poucas chances" funciona como sujeito do verbo haver.
- (D) Não há possibilidade de substituição do verbo haver por existir, pois alteraria o sentido da frase.

13) A alternativa em que a pausa, marcada pela pontuação, inicia uma informação explicativa de retomada é a:

- (A) "Para discuti-las, a Unesco reuniu em Paris, dezenas de representantes de instituições públicas e privadas de todo o mundo," (L.3/5).
- (B) "Reconhecimento de diplomas, credenciamento de escolas e qualidade no ensino superior são questões centrais" (L.1/2).
- (C) "...para solucionar um problema que há tempos aflige os governos: o financiamento do ensino superior." (L.12/13).
- (D) "Depois da queda do Muro de Berlim, países do Leste europeu passaram por mudanças..." (L.19/20).

14) No texto, sobre a palavra "vaivém" (L.8) é correto afirmar:

- (A) É exemplo de verbo com valor semântico de movimento.
- (B) É exemplo de substantivação.
- (C) Na formação do plural, só admite a flexão no artigo: "os vaivém".
- (D) Não aceita flexão de número.

15) Levando-se em consideração a acentuação, a exemplo da palavra "público" (L.14), a alternativa cuja palavra permite outra pronúncia com o deslocamento da sílaba tônica e a retirada do acento é a:

- (A) "cenário" (L.2).
- (B) "comércio" (L.10).
- (C) "comercializáveis" (L.10).
- (D) "dólares" (L.15)



Informática

QUESTÕES DE 16 A 20

16) Em relação ao Microsoft Office versão 2013, possui uma guia que não pertence a faixa de opções do Microsoft Office 2010, essa guia é a:

- (A) Inserir
- (B) Layout da Pagina
- (C) Correspondências
- (D) Design

17) Qual e a alternativa que esta mostrando de forma correta o nome da interface gráfica do sistema operacional Linux:

- (A) Gnome
- (B) KDE
- (C) Shell
- (D) Ls

18) Sobre os Registradores:

- I. Memória Lenta
- II. Memória Rápida
- III. Memória de Baixo Custo
- IV. Memória de Alto Custo
- V. Memória Volátil
- VI. Memória não Volátil

Estão corretas as afirmativas

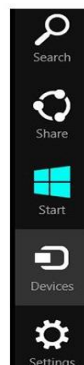
- (A) I, II e III
- (B) I, III e V
- (C) II, IV e VI
- (D) II, IV e V

19) Qual e o símbolo que representa uma Célula Absoluta:

- (A) !
- (B) ^
- (C) #
- (D) \$

20) Referente a imagem abaixo que representa uma barra do Windows 8, o nome da referida barra esta corretamente representado na alternativa:

- (A) Interface Metro
- (B) Barra de Tarefas
- (C) Menu Iniciar
- (D) Charms Bar



Área Livre

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****QUESTÕES DE 21 A 40**

21) São aspectos essenciais para prestar um atendimento com qualidade, **EXCETO**:

- (A) A percepção e a antipatia.
- (B) O treinamento.
- (C) A compreensão das necessidades dos clientes.
- (D) A comunicação no atendimento a clientes.

22) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

- I. Taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- II. Impostos.
- III. Contribuição de melhoria, decorrente de obras privadas.

É certo o que se afirma em:

- (A) I
- (B) I e II
- (C) I, II e III
- (D) II e III

23) "A entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde".

O enunciado acima se refere a(o)s:

- (A) Despesa institucional.
- (B) Transferências voluntárias.
- (C) Despesas com a seguridade social.
- (D) Receita líquida.

24) De acordo com a Constituição Federal de 1988, cabe à lei complementar:

- I. Regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- II. Dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- III. Estabelecer normas específicas em matéria de legislação tributária.

A quantidade de itens corretos é:

- (A) 1
- (B) 3
- (C) 2
- (D) 0

25) A dívida pública consolidada ou fundada é:

- (A) O montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
- (B) A dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- (C) O compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
- (D) A emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

26) Observe os itens a seguir relacionados ao conceito de crédito tributário.

- I. Pode-se asseverar que a relação jurídico-tributária, vista pelas "lentes" do contribuinte, ganha o status de obrigação tributária.
- II. O crédito tributário representa o momento de exigibilidade da relação jurídico-tributária. Seu nascimento ocorre com o lançamento tributário (art. 142 do CTN), o que permite defini-lo como uma obrigação tributária lançada ou obrigação tributária em estado ativo.
- III. O lançamento é o instrumento que confere a exigibilidade à obrigação tributária, quantificando-a (aferição do quantum debeat) e qualificando-a (identificação do an debeat).

É certo o que se afirma em:

- (A) I
- (B) I, II e III
- (C) I e II
- (D) II e III



27) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

- (A) Suspensão ou exclusão do crédito tributário.
- (B) Outorga de isenção.
- (C) Dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- (D) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

28) Acerca do fato gerador da obrigação tributária, assinale a opção **FALSA**.

- (A) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- (B) A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.
- (C) Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que configure obrigação principal.
- (D) Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos: I - tratando-se de situação de fato, desde o momento em que o se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios; II - tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.

29) São espécies de lançamento do crédito tributário:

- I. Lançamento por homologação ou autolancamento.
- II. Lançamento misto ou por declaração.
- III. Lançamento direto, de ofício ou ex officio.

É verdadeiro o que se indica em:

- (A) I
- (B) I, II e III
- (C) I e II
- (D) II e III

30) Durante o atendimento ao público, deve-se ter uma postura favorável com o cliente-cidadão. Dessa forma, deve-se:

- I. Ser cordial e empático.
- II. Ouça o cliente com atenção.
- III. Transmitir confiança.

É certo o que se afirma em:

- (A) I
- (B) II
- (C) I, II e III
- (D) III

31) De acordo com a Constituição Federal de 1988, _____ poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.

Marque a alternativa que preenche corretamente a lacuna acima.

- (A) Lei delegada.
- (B) Lei complementar.
- (C) Lei ordinária.
- (D) Decreto executivo.

32) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre, dentre outros:

- I. Fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, mesmo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.
- II. Livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- III. Patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- IV. Patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.
- V. Templos de alguns cultos.

A quantidade de itens corretos é:

- (A) 2
- (B) 3
- (C) 1
- (D) 4



33) Assinale a alternativa **ERRADA** em relação ao Imposto sobre Serviços – ISS.

- (A) Um dos aspectos do ISS que mais tem causado impacto para as organizações é a atribuição de responsabilidade aos tomadores de serviços para realizar a sua retenção na fonte e recolhê-lo aos municípios beneficiários. A partir da LC nº 116/2003 esta prática se tornou mais difundida, especialmente pela norma, em função da extensão dos serviços que passaram a ser tributados no local da sua prestação, já ter atribuído responsabilidade tributária aos tomadores destes serviços.
- (B) O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza com a configuração que tem hoje, porém com o campo de incidência bastante reduzido, foi introduzido no ordenamento jurídico tributário pela Reforma Tributária Nacional de 1945, que suprimiu todos os outros impostos que incidiam sobre os mesmos fatos geradores do novo tributo
- (C) Do texto constitucional sobre o imposto em comento, depreende-se que os Municípios possuem competência para instituir o ISS, desde que não incida sobre a prestação de serviços de telecomunicação, de transporte interestadual e intermunicipal e que os serviços onerados estejam definidos em lei complementar. Não basta o Município editar lei instituindo o imposto, especificando que o imposto incidirá sobre serviços de qualquer natureza, como sugere o texto constitucional, é preciso que antes, seja editada Lei Complementar Nacional definindo quais são os serviços que o imposto pode alcançar.
- (D) Sobre a ótica da necessidade de lei complementar definidora dos serviços alcançados pelo ISS existem discussões doutrinárias e jurisprudenciais no sentido de que a atual forma de definição usada pelas normas complementares seria inconstitucional pelo fato delas limitarem a competência dos municípios de cobrar o citado imposto. Isto se deve a forma de definição usada, que ao invés de conceituar de forma expressa os serviços do campo de incidência do ISS, conforme manda o inciso III do artigo 156 da CF/88, os legisladores infraconstitucionais adotaram a forma de relacionamento em lista de serviços tributáveis. Nesta esteira, alguns municípios ousam incluir itens de serviços que não constam expressamente nas listas das normas complementares à Constituição.

34) É pacífico entre os doutrinadores do Imposto sobre Serviços - ISS, que este tem como pressupostos essenciais os seguintes:

- I. Fato gerador (elemento pessoal).
- II. Contribuinte (elemento material).
- III. Base de cálculo (elemento quantitativo).

É certo o que se afirma em:

- (A) I e III
(B) III
(C) I, II e III
(D) II

35) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- I. Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- II. Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- III. Estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, mesmo em casos de cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

É certo o que se afirma em:

- (A) II
(B) I, II e III
(C) I e II
(D) I e III

36) Em relação à despesa pública, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.
- (B) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- (C) Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.
- (D) É anulável de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.



37) Observe os itens a seguir relacionados ao imposto sobre a propriedade territorial rural.

- I. Incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel.
- II. Será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.
- III. Será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

É certo o que se afirma em:

- (A) I e III
- (B) I, II e III
- (C) II
- (D) II e III

38) Acerca do imposto sobre produtos industrializados, assinale a opção **INCORRETA**.

- (A) Incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.
- (B) Será seletivo, em função da essencialidade do produto.
- (C) Será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores.
- (D) Terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.

39) Compete à União instituir impostos sobre, **EXCETO**:

- (A) Grandes fortunas, nos termos de lei ordinária.
- (B) Exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.
- (C) Importação de produtos estrangeiros.
- (D) Renda e proventos de qualquer natureza.

40) De acordo com a Constituição Federal de 1988, é vedado à União:

- (A) Instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- (B) Tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.
- (C) Instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País.
- (D) As alternativas "A", "B" e "C" estão corretas.